

Aprovado como parecer o voto do relator, propondo ciência a CDHU e arquivamento.

Sala das Comissões, em 9/5/2019.

a) Rodrigo Moraes - Presidente

Agente Federal Danilo Balas - Rodrigo Moraes - Major Mecca - Paulo Fiorilo - Carla Morando - Delegado Olim

#### MANIFESTAÇÃO A QUE SE REFERE O RELATOR

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU remeteu a esta Assembleia sua proposta orçamentária referente ao ano de 2010, a fim de atender à exigência prevista no artigo 5º da Lei nº 4.595, de 18 de junho de 1985, a qual dispõe sobre a fiscalização, pela Assembleia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta.

A requerimento do Senhor Presidente desta Casa, foi a presente documentação autuada e encaminhada para esta Comissão de Fiscalização e Controle.

A referida companhia, a qual está ligada à Secretaria da Habitação, elabora projetos, executa construções e promove medidas de apoio à realização de planos e programas estaduais e/ou municipais de habitação prioritários para o atendimento à população de baixa renda, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela política habitacional do Governo.

Ao examinar os autos, verifica-se que a documentação de fls. 09 a 16 se refere unicamente a parte da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, em especial no que se refere à CDHU ou seu âmbito de atuação.

Da leitura do artigo 5º da Lei Estadual nº 4.595, de 18 de junho de 1985, acreditamos que, quando tal dispositivo dispõe “que as empresas estatais encaminharão à Comissão de Fiscalização e Controle, a proposta orçamentária anual (vetado) antes do início do exercício financeiro seguinte”, procura-se fazer com que a Comissão possa ter conhecimento da proposta que é enviada ao Poder Executivo, antes que seja aprovada a norma orçamentária para o ano seguinte. Dessa forma, se essa Casa julgar conveniente, será possível aprimorar o projeto de lei enviado pelo Governador.

Em anos passados, a Comissão de Fiscalização e Controle encaminhava aos relatores, nos mesmos autos, os documentos solicitados tanto pelo artigo 3º, quanto pelo artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.595, de 18 de junho de 1985, o que dificultava a análise da matéria, tendo em vista que ou as exigências do artigo 3º poderiam não ser enviadas no prazo, ou assim aconteceria com as do artigo 5º. Diante de tal dificuldade, difundiu-se o entendimento de que a proposta enviada poderia ser aquela já aprovada pelo Governador.

Atualmente, graças ao novo procedimento adotado pela Comissão, que atribui diferentes números de registros gerais legislativos aos documentos exigidos pelo artigo 3º, bem como aos relativos ao artigo 5º, torna-se possível verificar finalmente se os prazos exigidos em lei foram efetivamente cumpridos.

Dessa forma, tendo-se em vista que a documentação apresentada chegou a esta Casa apenas em agosto de 2015, e já tendo sido aprovada em dezembro de 2009 a lei orçamentária para o ano 2010 – da qual constava a previsão orçamentária da CDHU para 2010 – tomamos conhecimento da documentação apresentada, devendo esta Comissão dar ciência desta manifestação à CDHU, após o que propomos o arquivamento do Processo RGL nº 5896, de 2015.

a) Jorge Caruso

## DESPACHOS

### PROJETO DE LEI Nº 643, DE 2016

#### DESPACHO

Arquive-se, nos termos do artigo 177, do Regimento Interno. Em 23/5/2019.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

## AUTÓGRAFOS EXPEDIDOS

### AUTÓGRAFO Nº 32.608

Projeto de lei nº 727, de 2016

**Autor: Deputado Angelo Perugini - PDT**

*Denomina “Vicente de Paula Rodrigues” o dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 023/101, localizado no km 23,500 da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença – SP 023/101, em Monte Mor.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – Passa a denominar-se “Vicente de Paula Rodrigues” o dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 023/101, localizado no km 23,500 da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença – SP 023/101, em Monte Mor.

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de maio de 2019.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

### AUTÓGRAFO Nº 32.609

Projeto de lei nº 316, de 2018

**Autor: Deputado Ricardo Madalena - PR**

*Denomina “Pedro Morelato” o dispositivo de acesso e retorno SPD 523/294 localizado no km 523,140 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – SP 294, em Tupã.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Passa a denominar-se “Pedro Morelato” o dispositivo de acesso e retorno SPD 523/294 localizado no km 523,140 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – SP 294, em Tupã.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de maio de 2019.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

### AUTÓGRAFO Nº 32.610

Projeto de lei nº 483, de 2018

**Autor: Deputado Roque Barbieri - PTB**

*Denomina “Salman Chehazeh El Houmsi” o dispositivo de acesso e retorno com duplo viaduto SPD 499/300, localizado no km 499,500 da Via Rondon – SP 300, em Glicério.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – Passa a denominar-se “Salman Chehazeh El Houmsi” o dispositivo de acesso e retorno com duplo viaduto SPD 499/300, localizado no km 499,500 da Via Rondon – SP 300, em Glicério.

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de maio de 2019.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

# Comissões

## ATAS

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

#### ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS, PARA O PRIMEIRO BIÊNIO DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às catorze horas e zero minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, para o Primeiro Biênio da Décima Oitava Legislatura, convocada nos termos regimentais. Presentes as Senhoras Deputadas Adriana Borgo e Isa Penna; e os Senhores Deputados Gil Diniz, Major Mecca, Luiz Fernando T. Ferreira, Ed. Thomas, Arthur do Val, Altair Moraes, Delegado Olim, Jorge Caruso e Sargento Neri (membros efetivos). Havendo número regimental, sob a presidência do Deputado Delegado Olim, deu-se início aos trabalhos. O presidente consultou os presentes sobre a indicação de algum membro para ocupar o cargo de Presidente da Comissão. O Deputado Luiz Fernando T. Ferreira apresentou a candidatura do Deputado Delegado Olim e o Deputado Gil Diniz indicou o Deputado Major Mecca. O Deputado Delegado Olim passou a presidência para o Deputado Luiz Fernando, que colocou em votação os nomes indicados. Votaram a favor do Deputado Delegado Olim as Deputadas Adriana Borgo, Isa Penna, os Deputados Luiz Fernando, Ed Thomas, Altair Moraes, Delegado Olim, Jorge Caruso e Sargento Neri; e votaram pelo Deputado Major Mecca os Deputados Gil Diniz, Major Mecca e Arthur do Val. Eleito o Deputado Delegado Olim, que assumiu imediatamente a presidência da reunião para dar continuidade aos trabalhos. Para Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Adriana Borgo apresentou a candidatura do Deputado Sargento Neri. Não havendo outros nomes indicados, o presidente declarou eleito como Vice- Presidente o Deputado Sargento Neri. Os membros pediram a palavra para declarar palavras de incentivo à recém formada Comissão e parabenizar os eleitos. O Presidente por fim sugeriu que as reuniões ordinárias sejam realizadas às 4ªs feiras às 15 horas e todos concordaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, que eu, Angela Nakamura, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição taquigráfica, tão logo concluída, integrará para todos os fins esta ata. Plenário Dom Pedro I, em dezesseis de abril de 2019.

Delegado Olim
Presidente
Angela Nakamura
Secretária

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

#### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob presidência do Deputado Delegado Olim. Presentes as Senhoras Deputadas Isa Penna, Adriana Borgo e os Senhores Deputados Gil Diniz, Major Mecca, Arthur do Val, Altair Moraes, Delegado Olim e Sargento Neri (membros efetivos). Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Ed Thomas. Ausentes os Senhores Deputados Luiz Fernando T. Ferreira, Jorge Caruso. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, passou-se à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Projeto de lei nº 1611/2015, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que institui a "Carteira de Identificação de Nome Social- CINS" para pessoas travestis e transexuais no Estado. Foi relator o Deputado Gil Diniz com voto contrário. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 2 - Projeto de lei nº 3/2016, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, que institui a recompensa pecuniária para todo cidadão que fornecer informações que impliquem prisão de sequestradores ou libertação de vítimas de sequestros. Foi relator o Deputado Sargento Neri com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 3 - Projeto de lei nº 412/2017, de autoria do Deputado Marco Vinholi, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.145, de 1986, que dispõe sobre o comparecimento de policiais em espetáculos artísticos, culturais, censes ou esportivos. Foi relator o Deputado Sargento Neri com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo ora proposto e contrário à emenda da CCJR. Concedida vista conjunta a Deputada Adriana Borgo e ao Deputado Major Mecca. Item 4 - Projeto de lei nº 779/2017, de autoria do Deputado Celso Nascimento, que torna obrigatória a utilização de sistema de identificação biométrica nas entradas e de sistema de monitoramento por imagem em toda a área de uso comum de estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas, nos dias de jogos de futebol, no Estado. Foi relator o Deputado Arthur do Val com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 1123/2017, de autoria do Deputado Gil Lancaster, que permite o rastreamento do aparelho celular através do IMEI e modelo do aparelho quando houver furto ou roubo. Foi relator o Deputado Luiz Fernando T. Ferreira com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 - Projeto de lei nº 90/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que torna obrigatória a realização de cursos e treinamentos de primeiros socorros aos prestadores de serviços, funcionários, proprietários, equipe de recreação e colaboradores de estabelecimentos que atendam o público infantil e adolescente. Foi relator o Deputado Gil Diniz com voto contrário. Concedida vista conjunta a Deputada Adriana Borgo e ao Deputado Sargento Neri. Item 7 - Projeto de lei nº 92/2018, de autoria do Deputado Paulo Correa Jr, que autoriza a criação do serviço de Disque Denúncia de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado. Foi relator o Deputado Arthur do Val com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 8 - Projeto de lei nº 145/2018, de autoria do Deputado Caio França, que dispõe sobre veículos automotores com condições de uso que forem apreendidos, removidos ou depositados em pátios de retenção públicos, com identificação, desde que não reclamados dentro do prazo de trinta dias, contados da data do recolhimento, poderão ser requisitados pelas autoridades policiais em caráter transitório para fins de investigação policial. Foi relator o Deputado Altair Moraes com voto favorável. Votaram favoravelmente

as Deputadas Adriana Borgo e Isa Penna e os Deputados Gil Diniz, Major Mecca, Altair Moraes, Sargento Neri e Delegado Olim. Contrariamente, votou o Deputado Arthur do Val. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 250/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Regional de Proteção Animal, em Americana. Foi relator o Deputado Gil Diniz com voto contrário. Concedida vista conjunta a Deputada Adriana Borgo e ao Deputado Sargento Neri. Item 10 - Projeto de lei nº 384/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita aos guardas municipais que, no exercício de suas funções, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial. Foi relatora a Deputada Adriana Borgo com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo proposto pela CCJR. Concedida vista ao Deputado Major Mecca. Item 11 - Projeto de lei nº 387/2018, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que torna obrigatória a colocação de cartaz nas Delegacias de Polícia do Estado de São Paulo informando os direitos do advogado no exercício de sua profissão perante as autoridades policiais. Foi relator o Deputado Sargento Neri com voto favorável. Votaram favoravelmente as Deputadas Adriana Borgo e Isa Penna e os Deputados Gil Diniz, Major Mecca, Altair Moraes e Sargento Neri. Contrariamente, votaram os Deputados Arthur do Val e Delegado Olim. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 444/2018, de autoria da Deputada Rita Passos, que institui a campanha de esclarecimento e divulgação sobre o Serviço Disque 100, de denúncias de violências contra crianças e adolescentes. Foi relator o Deputado Ed Thomas com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 13 - Projeto de lei nº 511/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que altera a redação do Parágrafo único da Lei nº 16.111, de 2016, adicionando recursos para a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento com a disciplina de LIBRAS para as Guardas Municipais. Foi relator o Deputado Ed Thomas com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. O Deputado Arthur do Val registrou seu voto contrário. Item 14 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 329/2011, de autoria do Deputado Roberto Moraes, que dá denominação de "Dener Francisco de Lima" ao Comando de Policiamento do Interior9 - CPI-9, em Piracicaba. Foi relator o Deputado Arthur do Val com voto favorável ao pl 329/11 com emenda proposta pela CCJR e contrário ao PL 127/16. Concedida vista ao Deputado Sargento Neri. Item 15 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 167/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que institui o "Dia da ROMU" - Ronda Ostensiva Municipal das Guardas Cíveis Municipais. Foi relator o Deputado Altair Moraes com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 16 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 344/2018, de autoria do Deputado Wellington Moura, que dá a denominação de "Francisco José Hial" à Delegacia de Investigação Sobre Entorpecentes - DISE, em Ourinhos. Foi relator o Deputado Luiz Fernando T. Ferreira com voto favorável na forma do substitutivo proposto pela CCJR. Aprovada conclusivamente o substitutivo proposto pela CCJR, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável na forma do substitutivo proposto pela CCJR. Item 17 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 449/2018, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Voluntário. Foi relator o Deputado Luiz Turco com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 18 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 493/2018, de autoria do Deputado Coronel Camilo, que dá a denominação de "Capitão PM Jamilson Rogério Gerônimo" ao 2º Grupamento de Polícia Militar - 2º Gp PM, da 2ª Companhia do 24º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em Tambaú. Foi relatora a Deputada Adriana Borgo com voto contrário. Concedida vista ao Deputado Gil Diniz. Item 19 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 620/2018, de autoria do Deputado Coronel Telhada, que institui o "Dia do Veterano Militar das Forças Armadas Brasileiras e das Forças Auxiliares". Foi relator o Deputado Ed Thomas com voto favorável. Concedida vista conjunta a Deputada Adriana Borgo e a Deputada Isa Penna. Item 20 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 645/2018, de autoria do Deputado Rogério Nogueira, que denomina "Ademir Martins Coelho" o Plantão Permanente, em Novo Horizonte. Foi relator o Deputado Luiz Fernando T. Ferreira com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 21 (CONCLUSIVA) - Moção nº 32/2019, de autoria da Deputada Márcia Lia, que manifesta veemente protesto contra a violência policial a estudantes dentro da Escola Estadual Professor Frederico de Barros Brotero, em Guarulhos, e conclama os poderes do Estado e a sociedade civil a somarem esforços para proteger e garantir o direito dos estudantes, garantir o direito de livre manifestação dentro das escolas e exigir o fim da violência policial e do abuso de autoridade. Foi relator o Deputado Gil Diniz com voto contrário. Concedida vista a Deputada Isa Penna. O senhor Deputado Delegado Olim informou também que o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo virá prestar contas de sua pasta à Comissão no dia 29 de maio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Angela Nakamura, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 22/05/19.

Deputado Delegado Olim
Presidente
Angela Nakamura
Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às vinte e uma horas e vinte minutos, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Segunda Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea "d", do item III do artigo 18 do Regimento Interno Consolidado, presidida pelo Deputado Roque Barbieri. Presentes as Senhoras Deputadas Janaina Paschoal, Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Thiago Aurichio, Gilmaci Santos, Heni Ozi Cukier, Roque Barbieri (membros efetivos), os Senhores Deputados Cezar, Rogério Nogueira, Alex de Madureira (membros substitutos). Ausentes as Senhoras Deputadas Marta Costa, Marina Helou e os Senhores Deputados Emídio de Souza, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Daniel Soares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 1/2019, de autoria do Sr. Governador, que Autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à inclusão das sociedades que especifica no Programa Estadual

de Desestatização. Foi relator o Deputado Tenente Nascimento com voto propondo redação final. Aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Angela Satie Takeya Nakamura, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 22/05/2019.

Deputado Roque Barbieri
Presidente
ANGELA SATIE TAKEYA NAKAMURA
Secretária

# Debates

## 17 DE MAIO DE 2019 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência: CORONEL TELHADA e CORONEL NISHIKAWA**  
**Secretaria: CORONEL NISHIKAWA**

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - DOUGLAS GARCIA

Exibe vídeo e imagens sobre evento, em realização nesta Assembleia, do movimento antimanicomial, ao qual tece críticas. Combate a utilização de ônibus do transporte público para trazer a esta Casa os participantes do ato. Lamenta o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo ao movimento. Afirma que várias instituições foram aparelhadas pela esquerda.

3 - CARLOS GIANNAZI

Considera que o Ministério da Educação passa por uma crise. Destaca que houve três trocas de presidente no Inep, órgão responsável pela realização do Enem. Lamenta a nomeação mais recente. Comenta os atos em protesto contra o contingenciamento de verbas da Educação, realizados em 15/05. Acusa o presidente Jair Bolsonaro de incompetência.

4 - CORONEL NISHIKAWA

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Concorda com o deputado Douglas Garcia quanto ao uso de transporte público na realização de ato do movimento antimanicomial nesta Casa. Exibe e comenta vídeo de assalto. Apoi a flexibilização das regras que regem a posse de armas. Cobra o atendimento de demandas das forças de Segurança. Defende a valorização da TV Assembleia.

6 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

7 - CORONEL NISHIKAWA

Relata visita que fez ao Centro Paula Souza. Sugere que o Proerd seja levado às unidades da instituição. Menciona matéria jornalística acerca das vítimas de enchentes no Grande ABC. Discorre sobre outras necessidades da região, nas áreas de Transporte e Saneamento. Propõe a concessão de reajuste aos servidores públicos.

8 - JANAINA PASCHOAL

Informa que recebeu visita do vereador Caio Miranda, de São Paulo, durante a qual foi discutida a proposta de construção de parque no Minhocão, assunto que deverá ser objeto de audiência pública nesta Casa. Comenta decisão judicial que obriga o Estado a construir centros de referência sobre o autismo. Tece considerações sobre a luta antimanicomial.

9 - ADALBERTO FREITAS

Registra visita que fez, acompanhado de outras autoridades, às obras de estação da Linha-9 Esmeralda da CPTM. Agradece ao governador João Doria por sair em defesa do presidente Jair Bolsonaro. Justifica o contingenciamento de gastos do governo federal. Apoi a aprovação da reforma da Previdência. Faz críticas aos governos do PT.

10 - CASTELLO BRANCO

Elogia o governo estadual por rescindir contratos da antiga Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, nos quais foram apontados indícios de superfaturamento. Presta apoio à luta do movimento antimanicomial. Dá conhecimento de estatísticas da OMS sobre as doenças mentais. Destaca que o problema é complexo e exige cuidado.

11 - CARLOS GIANNAZI

Fala sobre sua participação em assembleia dos servidores do Poder Judiciário. Argumenta que o reajuste concedido à categoria não repõe as perdas inflacionárias. Aponta o fato de que a Magistratura recebeu, no mesmo período, um aumento significativo. Cobra do Tribunal de Justiça a chamada dos aprovados em concurso para escrevente.

#### GRANDE EXPEDIENTE

12 - DOUGLAS GARCIA

Considera que o uso de drogas é o principal causador de problemas de saúde mental. Discorre sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias de dependentes químicos. Argumenta que a internação é, muitas vezes, necessária para o tratamento bem-sucedido de problemas advindos do vício em drogas. Opõe-se ao movimento antimanicomial.

13 - JANAINA PASCHOAL

Comenta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em que foi proposta uma alteração nas regras que governam seu funcionamento. Avalia que muitos projetos apresentados nesta Casa contêm problemas jurídicos, sobre os quais discorre. Justifica os pareceres que tem redigido no âmbito da comissão, explicando seus critérios. Garante que não tem a intenção de favorecer nenhum parlamentar. Sugere que seus pares se unam em prol da qualidade técnica dos projetos apresentados.

14 - GIL DINIZ

Crítica a reportagem do jornal "Folha de S. Paulo" sobre a votação do PL 1/19, que disse que a bancada do PSL está dividida. Esclarece que isto não é verdade, e cada deputado da bancada tem a liberdade de pensar e votar conforme as suas convicções. Demonstra sua alegria em visitar batalhão no bairro Fazenda da Juta. Menciona sua solicitação ao governador para ampliar o programa Proerd nas periferias. Mostra-se receoso com a segurança na Casa, em razão da presença de manifestantes hoje. Parabeniza o deputado Coronel Telhada pela sua indicação de viaturas blindadas para a polícia. Lamenta a comemoração do Dia do Cuidador ao invés do Dia das Mães em diversas escolas de São Paulo. Discorre sobre a educação sexual em escolas para crianças de 7 anos. Considera que este assunto deve ser responsabilidade dos pais das crianças.

15 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, destaca a preocupação dos municípios de Águas de Lindoia com a ponte que dá acesso a cidade. Esclarece que a mesma está despencando e pode colocar a população em risco. Solicita a atenção das autoridades competentes para esta ponte.